

R E S E N H A

BEVERNAGE; Berber; MESTDAGH, Eline; RAMALHO, Walderez; VERBERGT, Marie-Gabrielle (Org.). *Claiming the people's past: populist politics of history in the twenty-first century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2024.

EM BUSCA DE UMA RAZÃO HISTÓRICA POPULISTA

MARCUS VINÍCIUS F. DA SILVA OLIVEIRA
Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia | Belo Horizonte | Brasil
marcusfsoliveira@ufu.br
orcid.org/0000-0001-7161-151X

INTRODUÇÃO

Formulado originalmente no século XIX, o conceito de populismo adquiriu diferentes definições. Nas ciências humanas e sociais latino-americanas, o conceito tornou-se, a partir dos anos 1960, uma importante ferramenta analítica para a compreensão dos comportamentos políticos dos trabalhadores e suas relações com o Estado. Nessa leitura, os trabalhadores, que se transferiram para as cidades durante o processo de modernização industrial do continente, carregaram consigo comportamentos políticos tradicionais. Experimentando ainda um modelo político patriarcal, os trabalhadores eram incapazes de vislumbrar os conflitos classistas que estruturavam a sociedade e, por isso, poderiam ser facilmente manipulados pela demagogia de lideranças populistas.

Tais modelos explicativos foram severamente criticados a partir dos 1980 (Ferreira 2013). Partindo das percepções teóricas de Roger Chartier, Carlo Ginzburg e E.P. Thompson, os comportamentos políticos dos trabalhadores durante os processos de modernização adquiriram novas interpretações. Na crítica ao conceito de populismo, as culturas políticas formuladas pelos trabalhadores são abordadas como produções de sujeitos autônomos que se inserem na disputa política. Contudo, como ressalta Angela de Castro Gomes, apesar das críticas, a interpretação populista, como um gato de sete vidas, não foi abandonada, adquirindo novas configurações nas últimas décadas.

Recorrendo a outras matrizes teóricas, as interpretações mais recentes do fenômeno populista almejam compreender os mecanismos de funcionamento da política contemporânea. Para o politólogo neerlandês Cas Mudde o populismo é definido como uma “ideologia que considera, em última análise, que a sociedade é separada entre dois grupos homogêneos e antagônicos, o povo genuíno e a elite corrupta, e que argumenta que a política deve ser uma expressão da *volonté générale*” (Mudde 2019, 7) [tradução nossa]. Ao elencarem a si mesmos como representantes dessa vontade geral, as lideranças populistas frequentemente se contrapõem aos modos de funcionamento de importantes instituições políticas, tornando-se, portanto, riscos para o ordenamento democrático.

Para a politóloga italiana Nadia Urbinati (2020), o populismo, além de não se configurar como ideologia, é compreendido como uma transformação interna nos moldes de representação característicos das democracias ocidentais. Nessa perspectiva, as lideranças populistas, na medida em que se pretendem como legítimas representantes dos interesses populares, formulam um modelo de representação direita. Assim, para Urbinati, “o termo populismo é ambíguo e difícil de definir de maneira nítida e inobjetable, pois não é uma ideologia e nem um regime político específico, mas um processo representativo mediante o qual se constrói um sujeito coletivo para se chegar ao poder” (Urbinati 2020, 20) [tradução nossa].

Por outro lado, para o intelectual argentino Ernesto Laclau, o populismo “não é uma ideologia, mas uma forma de construção do político. Essa forma de construção consiste nos que estão abaixo em relação ao sistema de poder existente serem interpelados pelas mais diversas ideologias, do fascismo ao socialismo” (Laclau 2013, 21). Ao vislumbrar o populismo como construção do político Laclau amplia ainda mais as fronteiras do conceito. Mais que parte das democracias contemporâneas, a política populista figura como a forma constituinte e estruturante de um regime político democrático marcado pela produção de antagonismos.

As três abordagens atestam a vivacidade do debate em torno das definições do populismo no século XXI. Apesar de suas diferenças, como ideologia, novo modelo de representação democrática ou forma de constituição do político, o conceito de populismo permanece uma categoria ampla que almeja abarcar diferentes matizes do espectro político. Em meio a esse debate, formulado entre os diferentes campos das ciências sociais e humanas, historiadoras e historiadores vinculados ao campo da teoria da história, pretendem oferecer uma nova dimensão ao conceito. Partindo da reflexão acerca das relações entre política e história, o livro *Claiming the people's past: populist politics of history in the Twenty-first century*, organizado por Berber Bevernage, Eline Mestdagh, Walderez Ramalho e Marie-Gabrielle Verbergt, propõe investigar a produção e funcionamento de diferentes políticas da história de movimentos, grupos e partidos populistas.

A obra, recém-publicada pela *Cambridge University Press*, é distribuída em 16 capítulos divididos em duas partes. A primeira, dedicada ao estudo das políticas da história formuladas por grupos populistas de diferentes continentes, apresenta uma abordagem global do fenômeno capaz de abarcar realidades distintas de países como Alemanha, Polônia, Rússia, Turquia, Índia, Bangladesh, Estados Unidos e Brasil. A segunda, por sua vez, distancia-se dos enfoques nacionais para enfrentar problemas teóricos mais amplos, como as funções das emoções nas políticas da história populistas ou os desafios propostos por tais grupos a historiografia acadêmica e as universidades.

Na abertura do volume, os organizadores elaboram uma densa introdução teórica que, além de apresentar e articular os diferentes capítulos da coletânea, demarca seus posicionamentos diante do emaranhado de significados do conceito de populismo. Com objetivo de aprofundar a definição proposta por Laclau, os autores propõem identificar determinados traços que compõem uma razão histórica populista. Para tanto argumentam, a partir dos diferentes casos nacionais elencados no volume, a existência de cinco traços definidores dessa razão histórica: vagueza e descontextualização, lógica de equivalência, antagonismo, tons morais e afetivos e rejeição do pluralismo.

Tais características, mobilizadas em sentidos diversos por lideranças de direita e esquerda, atestam as especificidades dos modos pelos quais os populistas experimentam a história. Deste modo, no intuito de diluir a separação entre história e memória, os autores recorrem a uma definição ampla de história que congrega as variadas maneiras pelas quais os indivíduos e grupos sociais experimentam, negociam e performam o passado em suas próprias vidas.

Com isso, essa razão histórica, compreendida como elemento constitutivo da razão populista proposta por Laclau, figura como uma política da história capaz de mobilizar afetos políticos. Em sua lógica agonística, a razão populista opera a partir de conflitos que se desdobram em torno de significantes vazios. A mobilização da vontade política popular ocorre, pois, na produção de significados responsáveis por estabelecer as fronteiras acerca daquilo que representa o povo, seus legítimos interesses e, sobretudo, seus antagonistas. Nesse sentido, o recurso às políticas da história implica a utilização do passado como mecanismo de polarização da sociedade e constituição de um povo e seus detratores:

Os populistas se engajam em formas particulares de apresentação do passado [*past presenting*] que fornecem poderosos significantes vazios, contribuem para a formulação das fronteiras entre antagonistas e fortalecem a dimensão aspiracional do populismo. Os populistas apresentam um passado vago e descontextualizado, criam equivalências entre passados usualmente vistos como desconexos e uma oposição entre a história e os historiadores. Suas relações com o passado apelam fortemente aos afetos e rejeitam o pluralismo da representação histórica (Bevernage; Mestdagh; Ramalho; Verbergt 2024, 20) [tradução nossa].

Ao formular uma intersecção entre teoria da história e história política, os autores aprofundam a interpretação do fenômeno populista em sentidos não explorados previamente por Laclau. Para tanto, mais que delimitar as características de uma razão histórica populista, Bevernage, Mestdagh, Ramalho e Verbergt analisam as funções dessas políticas da história na configuração dos populismos contemporâneos. Com isso, além de marcar a centralidade da história nas disputas políticas, instigam os historiadores a repensarem seu ofício diante dos desafios propostos por essa razão histórica populista.

Para Laclau, como forma de constituição do político, o populismo torna-se a forma política própria da contemporaneidade. Com isso, a ampliação do conceito proposta por Laclau termina por marcar a ubiquidade do fenômeno populista na política contemporânea. Nesse sentido, para enfrentar o enfrentamento dos grupos políticos de direita deve ocorrer a partir da criação de um populismo de esquerda capaz de disputar a hegemonia na sociedade. Embora circunscrevam as políticas da história no interior da definição fornecida por Laclau, há um importante cuidado dos autores em apontar que essa razão histórica populista não se configura como uma historicidade ubíqua, mas figura como uma possibilidade de experimentação do passado e da história no século XXI. Nesse sentido, ainda que corroborem com uma definição ampla do populismo e de sua razão histórica, os organizadores apontam para as especificidades e limites de suas próprias categorias.

O POPULISMO AO REDOR DO MUNDO

Nos capítulos subsequentes a introdução é possível perceber como movimentos e lideranças populistas de diferentes países constroem suas próprias políticas da história e mobilizam os afetos da sociedade. Em suas variadas abordagens, historiadoras e historiadores marcam como tais políticas da histórica, além de estabelecer os antagonismos entre povo e elites, também almejam construir contrapontos a determinadas leituras do passado.

No primeiro capítulo, o historiador alemão Klaus Neumann analisa as relações com o passado propostas pelo partido AfD (Alternativa para a Alemanha). Apesar de vinculado ao espectro da ultradireita alemã, as políticas da história formuladas pelas lideranças da AfD se diferenciam daquelas estabelecidas pelos grupos neonazistas. Para tanto, líderes como Björn Höcke e Alexander Gauland, almejam construir uma visão positiva e heroica do passado alemão focada apenas em aspectos positivos. Para Neumann, o desejo de elaborar uma visão positiva da história do país ocorre em contraposição a política de condenação do passado nazista que se tornou central para a produção da identidade oficial alemã após a reunificação.

Nesses termos, para Höcke e Gauland, desafiar os consensos acerca do passado nazista implica contestar um determinado *establishment* político construído pelas elites do país e, concomitantemente, oferecer uma outra narrativa em torno do passado, na qual o nazismo aparece como um momento de exceção na contínua e gloriosa história da Alemanha. Assim, buscando evitar uma política da história marcada pela culpa em relação às catástrofes do século XX, os líderes da AfD operam um retorno a um passado mítico, ainda que vago e inespecífico, capaz de unificar os alemães e superar suas diferenças.

Para Neumann, a criação dessas políticas da história contribuiu para o reposicionamento da AfD e da ultradireita na Alemanha. Por um lado, o partido, ao reconhecer os crimes perpetrados durante o regime nazista, se distancia das velhas direitas. Por outro, trata-se de um reconhecimento débil que, ao minimizar o nazismo como um desvio na história alemã, aponta para a fragilização da memória acerca dos crimes cometidos. Nessa memória fragilizada, a culpa, que permanece restrita aos colaboradores mais imediatos e ao próprio Hitler, é substituída pelo orgulho.

Como aponta o historiador polonês Pawel Machcewicz, o PiS (Lei e Justiça), partido vinculado ao espectro da ultradireita, também ambiciona produzir uma leitura positiva acerca da história do país. Para tanto, parte de uma política da história que acusa as elites liberais e os historiadores profissionais de produzirem uma pedagogia da vergonha que ressalta os crimes cometidos pelos poloneses contra indivíduos de outras nacionalidades, como judeus, alemães e ucranianos. Assim como na Alemanha, a instituição de uma memória compartilhada em torno dos crimes cometidos durante a Segunda Guerra Mundial foi fundamental para a Polônia após o fim do regime comunista. Nesse sentido, as mobilizações da história propostas pelo PiS retomam os antagonismos próprios a gramática populista ao demarcar um confronto entre elites contrárias aos interesses nacionais e um povo que necessita de uma história capaz de despertar orgulho entre os poloneses.

Contudo, para Machcewicz, as políticas da história propostas pelo PiS carregam especificidades nacionais. No século XXI, as dificuldades de construir uma nação, que remontam ainda ao século XVIII, em conjunto com o recente contato da Polônia com culturas europeístas e cosmopolitas intensificam e radicalizam as disputas pela história no país. Nesse sentido, uma vez no poder, o PiS implementa sua política da história a partir da criação de determinadas legislações e instituições que visavam difundir suas narrativas orgulhosas e perserguir historiadores profissionais que afirmavam a participação polonesa nas catástrofes do século passado.

No poder desde 2014, o ultradireitista indiano BJP (Partido do Povo Hindu) também utiliza o poder do Estado para implementar suas políticas da história. De acordo com Neeladri Bhattacharya, embora sem êxito em eliminar a intelectualidade indiana nas universidades, o governo do BJP iniciou uma política autoritária de perseguição de intelectuais e alterou os livros didáticos do país de acordo com suas perspectivas políticas. Como aponta Bhattacharya, os livros didáticos indianos recomendados pelo governo recorrem a temporalidades recuadas para demonstrar a antiguidade da civilização hindu. Nesse retorno, figuras heroicas masculinas aparecem como contraponto a uma política de não violência para marcar uma civilização orgulhosa da força e da virilidade de seus principais líderes.

Ao afirmar a antiguidade da civilização hindu, a narrativa formulada pelo BJP produz apropriações distorcidas do pensamento pós-colonial indiano. Recusando o pluralismo característico desse pensamento, a leitura do passado proposta pelo partido enfatiza que “a verdadeira tradição indiana é vista como

inevitavelmente hindu e que as manchas do eurocentrismo e do colonialismo que poluíram as mentes dos acadêmicos são o liberalismo, o secularismo e o marxismo” (Bhattacharya 2024, 112) [tradução nossa].

Ainda no espectro das direitas, os capítulos escritos por Oz Frankel e Valdeci Araújo e Mateus Pereira adquirem novos significados diante da nova vitória eleitoral de Donald Trump e da gravíssima revelação dos planos de militares brasileiros, com a anuência de Jair Bolsonaro, de deflagrar mais um golpe no Brasil e assassinar o presidente Lula e o ministro Alexandre de Moraes.

De acordo com Frankel, nos Estados Unidos o termo populismo, recorrente no país desde o final do século XIX, foi usualmente associado ao campo progressista, de modo que somente a partir dos anos 1970, com os governos de Richard Nixon e Ronald Reagan, foi utilizado para designar setores conservadores. Com isso, a radicalização dos discursos e posicionamentos de Trump se insere em um contexto de crescimento desses setores e da influência de seus apelos morais na estruturação dos conflitos sociais. Assim, para Frankel, as guerras culturais promovidas por Trump e o seu slogan *MAGA (Make America Great Again)* são constituídos em diálogo com uma moralidade profundamente influenciada pela religiosidade protestante.

Ao instituir a promessa de uma América que poderá ser grande novamente, Trump evoca uma nostalgia capaz ecoar as angústias e medos de parte da população em relação ao presente. Nessa operação discursiva, seus eleitores e apoiadores encontram os culpados pelos seus receios em uma elite intelectual e política que pretende dividir o país cultural e racialmente. Retornar aos tempos gloriosos da América significa, pois, combater qualquer perspectiva de justiça social e impedir a presença de imigrantes no país.

Nesse antagonismo social, Trump aparece para os evangélicos como uma figura providencial capaz de reencarnar e reencernar determinadas passagens bíblicas. Para Frankel, essa designação de Trump parte de resquícios presentes na cultura americana de um pensamento tipológico característico das teologias calvinista e puritana. Em suas exegeses bíblicas, teólogos protestantes observavam o Velho Testamento em busca de passagens que prefigurassem ou previssem elementos presentes no Novo Testamento, como a própria vinda de Cristo. Nesses termos, a imaginação tipológica protestante compreende o presente como a realização de determinados aspectos profetizados no passado. Diante das agruras do presente, Trump é inserido em uma narrativa escatológica na qual suas ações contribuem para o cumprimento dos planos previamente delineados pela divindade. Carregando fortes tonalidades morais e religiosas, o discurso populista americano percebe a história como combate das forças nefastas que conspiram para impedir o retorno da grandeza da América.

No Brasil, como analisa Sérgio da Mata (2020), matrizes do protestantismo americano contribuíram decisivamente para a criação de uma teologia da história articulada a figura de Bolsonaro. Presente em igrejas como a Assembleia de Deus, o dispensacionalismo é uma vertente teológica baseada na crença de que a humanidade atravessa diferentes dispensações, isto é, distintas eras que se direcionam para a graça. Todavia, o processo para obtenção da graça é antecedido por momentos de grandes atribulações e catástrofes que anunciam o retorno de Cristo. Nesse sentido, as direitas religiosas brasileiras, a semelhanças das americanas, articulam as angústias experimentadas no presente a uma escatologia que elege lideranças políticas como Bolsonaro como profetas ou agentes divinos cuja função é realizar as promessas da fé.

Embora não abordem especificamente a dimensão religiosa envolvida nas narrativas produzidas por Bolsonaro ou pela ultradireita brasileira, as reflexões de Valdeir Araújo e Mateus Pereira acerca do atualismo podem aprofundar as discussões propostas por da Mata. Para Araújo e Pereira, o atualismo aponta para a emergência de uma nova historicidade caracterizada pela expectativa de um futuro compreendido como atualização do presente.

Para demonstrar essa historicidade, os autores retomam momentos significativos do governo Bolsonaro, como a entrevista de Regine Duarte, a época secretária especial da cultura, para o canal televisivo CNN. Na entrevista, indagada sobre a Ditadura Civil Militar, a secretária respondeu preferir olhar apenas para frente. Todavia, conforme analisam os autores, esse olhar adiante é atravessado por determinadas leituras acerca do passado moldadas a partir do esquecimento dos crimes perpetrados pelos militares e pela adesão a propaganda política da ditadura. Nesses termos, “esse Brasil que se move para frente é a atualização de um presente esvaziado de qualquer passado desconfortável, mas pleno de sensações. Esse tipo de uso da história é impulsionado pela historicidade atualista” (Araújo; Pereira 2024, 183) [tradução nossa].

A expectativa de futuro desejada por Regina Duarte e presente também em outros atores significativos para a ultradireita brasileira como Olavo de Carvalho (Oliveira 2023), é a atualização de determinados recortes do passado. Com isso, os apelos ao passado não implicam a nostalgia de um tempo irremediavelmente perdido, mas a busca pela atualização de um tempo que, para tais atores, se presentifica. Ao mesmo tempo, essa historicidade é também acompanhada pela ansiedade de que esse tempo desejado seja efetivamente encerrado. Conseqüentemente, as forças políticas contrárias a esse projeto político são compreendidas como agentes responsáveis pelo aprofundamento da decadência do presente. Entre a nostalgia e a ansiedade, a historicidade atualista presente na ultradireita brasileira contribui para a definição de um antagonismo entre aqueles que pretendem a salvação e aqueles que defendem a continuidade da destruição no presente.

Considerando os estudos apresentados pelos diferentes autores acerca das histórias formuladas por distintos grupos e partidos vinculados a ultradireita é possível encontrar traços comuns. Como partidos, movimentos ou governos, as historicidades propostas por esses grupos partem de uma divisão social que estabelece um conflito entre setores nacionais e populares contrapostos a um *establishment* político controlado pelas elites. Essa oposição, nítida nas narrativas históricas apresentadas, constroem uma temporalidade complexa, ainda que vaga e inconclusa, na qual o retorno ao passado figura como caminho para a crítica ao presente. Nessa rebeldia de direita, para utilizar os termos de Pablo Stefanoni (2022), as historicidades reveladas pelos diferentes estudos questionam determinadas comunidades de memória, instituições acadêmicas e científicas, propalam negacionismos e ameaçam seriamente a ordem democrática em vários países.

Embora dedicada majoritariamente a grupos de direita, a obra também reúne capítulos, como os de Cinthia Balé e Gustavo Guille e de Pablo Sánchez León, que abordam as razões históricas dos populismos de esquerda na Argentina e na Espanha. Em ambos os países, diferentemente dos movimentos e governos de direita, os populismos de esquerda são construídos a partir da rememoração dos crimes das ditaduras militar e franquista e dos resquícios autoritários ainda presentes nas democracias argentina e espanhola.

Para Balé e Guille, um dos aspectos centrais dos populismos de esquerda argentino, representado por Néstor Kirchner e Cristina Fernández, é o engajamento em torno da memória dos mortos e desaparecidos e dos crimes cometidos contra os direitos humanos durante a ditadura militar que assolou o país entre 1976 e 1983. Nesse engajamento, o passado mobilizado por Kirchner e Fernández, articulado aos movimentos de defesa dos direitos humanos, atua na produção de uma comunidade de memória que, além de impedir o esquecimento das vítimas da violência, também cria linhas de continuidade entre o presente e o passado.

Nessas linhas de continuidade, tais narrativas possibilitaram “um novo horizonte para o outrora demonizado peronismo e reabilitaram a geração de 1970 não mais como vítimas passivas ou ‘inocentes’, mas como ‘combatentes populares’ ou até mesmo ‘mártires’” (Balé; Guille 2024, 56). Com isso, as políticas desenvolvidas durante os governos Kirchner e Fernández figuram como desdobramentos das lutas por igualdade e justiça social dos anos 1970 que foram brutalmente interrompidas pela violência da ditadura militar.

Na Espanha, conforme assinala Pablo Sánchez Leon, o sistema bipartidário construído após o encerramento da ditadura franquista foi questionado a partir da emergência de novos partidos políticos com tonalidades populistas à direita e a esquerda, como o Vox e o Podemos. A comparação entre os dois populismos dos dois espectros permite a Leon a compreensão de uma ampla disputa política em torno de determinados conceitos que ambicionam unificar a população.

Ao utilizar o termo *patria*, as narrativas produzidas pelo Vox se apropriam de importantes aspectos da retórica franquista. Recorrendo ao final do medievo, a pátria espanhola figura como uma comunidade nacional homogênea e unificada elaborada na difusão do cristianismo e nos embates contra o islamismo. Nesse sentido, para Leon, embora o partido se distancie dos partidos tradicionais da extrema direita por uma aceitação tácita da democracia, o Vox ainda permanece atrelado a uma perspectiva essencialista da história espanhola responsável por sustentar políticas autoritárias.

Por outro lado, as narrativas difundidas pelo Podemos, elaboradas na esteira dos protestos que eclodiram na Espanha na década de 2010, criticam os arranjos políticos estabelecidos após a queda da ditadura. Ainda que evitando a utilização de conceitos como povo e pátria em razão de suas associações com o espectro da ultradireita, as lideranças do partido assinalam a existência de uma democracia restrita controlada por uma plutocracia. Assim, ao designar a democracia espanhola como regime de 1978, a narrativa do Podemos pretende marcar as continuidades entre o presente e o passado franquista.

Os populismos de esquerda analisados por Balé, Guille e Leon também são formulados a partir de contestação de um determinado arranjo social e político. Em ambos os casos, ainda que por vias distintas, as esquerdas argentinas e espanholas vinculadas a Kirchner, Fernández e ao Podemos sustentam seus posicionamentos políticos a partir de políticas da história que afirmam continuidades entre o passado autoritário e o presente. Assim, essa rebeldia de esquerda almeja, concomitantemente, a construção de novos modelos de democracia e novas comunidades de memória.

Por razões de espaço, não é possível uma abordagem pormenorizada de todos os capítulos da primeira parte. No entanto, os trabalhos selecionados permitem vislumbrar importantes contribuições. Além de possibilitar a apreensão de fenômenos globais, os estudos apresentados possibilitam a compreensão dos traços fundamentais de uma razão histórica comum a diversas posições do espectro político. Essa razão, formulada fora dos marcos

acadêmicos ou científicos, ressalta a circulação e importância da história na concretização de distintos projetos políticos. Não há, portanto, uma razão populista dissociada de uma política da história que contribui, a partir da produção de significantes vazios, para a formulação de fronteiras e antagonismos entre camadas da população.

Ainda, a construção dessa lógica política impulsiona um movimento de crítica aos ordenamentos políticos estabelecidos. O presente, dominado por forças contrárias aos interesses populares ou nacionais, é compreendido como corrompido e decadente. Diante disso, para tais grupos, trata-se de construir políticas marcadas pela retomada de determinados elementos do passado, capazes de contestar esse ordenamento. Nesse sentido, os estudos apresentados na coletânea contribuem decisivamente para o entendimento da complexidade das dinâmicas temporais no século XXI. Distante de um confinamento em um presente que se repete, os grupos analisados se movimentam a partir de um tempo descompassado, no qual as expectativas de futuro se comportam como atualizações de um passado que sempre presentifica.

Nos grupos vinculados a ultradireita, essa temporalidade condiciona comportamentos nocivos para a democracia. Com a ascensão de lideranças autoritárias em diversas democracias ao redor do planeta, compreender as razões do crescimento de grupos radicais tornou-se problema urgente para as ciências humanas e sociais. Nesse sentido, além de oferecer uma significativa contribuição para esse campo de estudos em ascensão, tais estudos também convocam os historiadores a repensar sua atuação diante dessas políticas da história.

Por fim, essa primeira parte da obra, ao analisar variadas forças políticas, repropõe a discussão em torno das utilidades do conceito de populismo. De fato, é possível observar traços comuns às políticas da história apresentadas. Todavia, a opção pelo conceito de populismo para grupos tão distintos, como Bolsonaro e Kirchner, pode acarretar alguns problemas na análise. Em permanente dissenso e utilizado para diferentes períodos históricos, as diferenças entre os populismos do século XXI e os anteriores não se tornam nítidas. Na ausência dessa definição, não é possível determinar se essa razão histórica é uma criação recente ou um retomada de experiências temporais recorrentes na política contemporânea. Desse modo, a discussão em torno dos problemas da utilização do conceito de populismo se desdobra em um problema acerca da historicização das forças políticas em debate.

Como forma de constituição do político, Laclau¹ pretende habilitar sua noção de populismo para diferentes tempos e espaços. Para tanto, mais que alargar a conceito para identificá-lo ao regime político característico da contemporaneidade, Laclau parece compreender o populismo a partir de uma perspectiva formal. Como forma não ideológica, o populismo pode conectar-se a diferentes ideias e posicionamentos políticos vinculados a qualquer ponto do espectro político. Assim, mesmo com o cuidado em oferecer limites a interpretação de Laclau, o conceito de populismo permanece como uma larga moldura capaz de abarcar elementos radicalmente distintos em uma mesma categoria. Com isso, as diferenças entre os grupos, e também suas relações com a democracia e os direitos humanos, são dissolvidas em torno dessa moldura.

¹ Ainda que distintas das definições de Laclau, outras caracterizações do populismo, como a de Mudde, também incorrem em problema semelhante. Ainda que considere o populismo como ideologia, Mudde também a apresenta como um fenômeno transversal ao oferecer uma definição mínima que abarca a divisão da sociedade entre dois grupos antagônicos.

AS EMOÇÕES NA RAZÃO HISTÓRICA POPULISTA

A segunda parte da obra, distribuída ao longo de cinco capítulos, se distancia dos estudos de movimentos e governos populistas em diferentes partes para um debate geral, proposto a partir dos capítulos anteriores, em torno das funções das emoções nas políticas da história populistas. A leitura dos trabalhos dispostos nessa parte permite observar um interessante debate, atravessado por divergências significadas, entre os autores.

Para Aviezer Tucker, diferentemente das caracterizações oferecidas por Laclau, Mudde ou Urbinati, o populismo é uma política das paixões. Com essa definição, Tucker amplia ainda mais o conceito e pretende o habilitar como ferramenta para a compreensão de realidades históricas distantes. Como uma política das paixões, a política populista estaria presente em Atenas durante a Guerra do Peloponeso, na República Romana e no Brexit. Em tempos e realidades variadas, tais forças compartilham a expressão incontrolável de suas paixões.

No século XXI, paixões como medo, raiva e ódio atuam para a sustentação de crenças irracionais por parte dos populistas e das massas. Assim, “como as paixões antecedem as histórias que as expressam, tais narrativas não podem ser refutadas ou revisadas por evidências”. Com isso, “medo e raiva podem fazer com que populistas acreditem que imigrantes cometem mais crimes que os nativos enquanto ignoram as evidências gritantes do contrário” (Tucker 2024, 250) [tradução nossa]. Em diálogo com as ciências naturais, Tucker afirma que o desenvolvimento das paixões ocorre a partir da utilização da amígdala cerebral que, desenvolvida nos primeiros estágios da evolução humana, é responsável pelo processamento e pelas ações dos indivíduos diante da raiva e do medo. Nesse sentido, mais que uma nova ampliação do conceito, Tucker vislumbra o populismo como uma patologia elaborada a partir do abandono da razão.²

Ao ultrapassar os limites da razão, as histórias elaboradas pelos populistas negligenciam uma epistemologia ancorada em evidências. Com isso, as produções históricas formuladas por tais grupos se opõem a historiografia profissional, que, embora também expressão das emoções de seus autores, é controlada, na maioria das escolas historiográficas, pelos limites das evidências. Conforme as evidências se configuram enquanto barreiras de contenção das paixões, Tucker aponta que determinadas concepções filosóficas, como o construtivismo, o perspectivismo e a dialética, contribuíram para o crescimento do populismo ao se distanciarem da busca pela verdade histórica.

Embora a considere as funções das emoções na definição dos comportamentos políticos, as análises de Tucker apresentam diversos problemas. A compreensão do conceito como uma política das paixões estabelece o conceito como um desdobramento de comportamentos humanos recorrentes. Com isso, o populismo, como uma espécie de patologia que ultrapassa os limites da razão, pode ocorrer indistintamente na Antiguidade e no século 21.

Além disso, a associação entre populismo e as filosofias construtivista, perspectivista e dialética é equivocada e perigosa. Para Tucker, embora seus criadores não pretendessem a construção dos populismos, suas concepções

² Essa definição não implica, por outro lado, a defesa do humano como ser unicamente racional. Para tanto, o autor estabelece uma importante distinção entre emoções e paixões. Diferentemente das emoções, a paixões agem contra os julgamentos e os melhores interesses dos indivíduos.

filosóficas são também responsáveis pela criação desses movimentos. Tal afirmação, que equipara filosofias e epistemologias absolutamente distintas, também negligencia o modo como as ideias circulam pela sociedade. Os textos, na medida em que circulam, são lidos e repensados a partir das intencionalidades de seus leitores. Por fim, como ressalta Arthur Lima de Ávila (2019), retomando Hayden White, que grupos negacionistas “não se apresentam como relativistas, muito menos defendem teses ‘pós-modernas’, pelo contrário: suas operações se dão justamente a partir de uma retórica objetivista e um desejo positivista que não são diferentes, em essência, daquelas da historiografia disciplinada” (Ávila 2019, 22).

Laurajane Smith, por outro lado, oferece importantes contrapostos ao pensamento de Tucker. Em sua análise, Smith apresenta a complexidade do diversos sentimentos que compõem o repertório emocional dos populistas. Nesse sentido, debatendo com os trabalhos expostos na primeira parte da obra, compreende que há outras emoções para além de medo, raiva e ressentimento nas histórias formuladas pelos populistas. Assim, Smith objetiva demonstrar que há uma gama de “emoções mais sutis, como conforto e indiferença e que emoções como humilhação, culpa e vergonha são ativamente evitadas” (Smith 2024, 237).

Para tanto, a autora parte de entrevistas produzidas com visitantes, oriundos sobretudo de classes privilegiadas, em museus e em outros espaços históricos. Nas entrevistas, Smith aponta que, apesar dos objetivos propostos pelas exposições, esses indivíduos mantinham seus entedimentos prévios acerca da história. Após uma exposição acerca da história colonial britânica e em outra sobre o tráfico atlântico, um homem irlandês de meia idade respondeu que não pode ser responsabilizado pelos erros de seus ancestrais. Na análise dessas respostas, Smith aponta um desejo por histórias capazes de reconfortar esses indivíduos e, sobretudo, evitar os sentimentos de culpa e vergonha. Nesse sentido, o diálogo com as narrativas populistas com os sentimentos de diferentes camadas da população não ocorre apenas a partir da via do medo e do ressentimento. Narrativas heroicas ou simples também se conectam com o conforto ou até mesmo a indiferença diante da história.

As análises de Smith oferecem importantes contribuições para reconsideração do conjunto dos textos reunidos na obra. Além de escapar aos problemas no tratamento das emoções apresentados por Tucker, o trabalho de Smith afasta a compreensão do populismo enquanto uma patologia. Trata-se de histórias que encontram ressonância nas sensações compartilhadas por distintos grupos. Nesses termos, a rejeição de grupos vinculados a ultradireita, como na Alemanha e na Polônia, de comunidades de memória marcadas pela recordação dos crimes cometidos durante o nazismo partem também dessas outras emoções elencadas pela autora.

Esse desejo de conforto, por sua vez, elabora uma compreensão temporal perigosa. Indiferentes ou reconfortados diante da história, tais expectadores, ainda que reconheçam os traumas e os crimes cometidos em seus países, criam uma cisão determinante entre passado e presente. Conforme atesta Berber Bevernage (2020), essa cisão estabelece um maniqueísmo temporal no qual “esse tipo de pensamento histórico de fato estimula uma postura moralista na qual o passado é acusado como o pior de todos os males, enquanto o presente se torna moralmente inocentado por simples comparação” (Bevernage 2020, 20). Assim, nesse presente completamente cindido e distante, não há possibilidade de justiça ou reparação para os crimes, as vítimas e suas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2018, ainda como candidato a presidência da República, Jair Bolsonaro, em entrevista ao *Jornal Nacional*, negou novamente a caracterização de 1964 como um golpe militar e, por fim, recomendou que os historiadores fossem ignorados. Como os inúmeros trabalhos publicados em *Claiming the people's past* demonstram, afirmações como essa se baseiam concomitantemente em um desprezo pela historiografia profissional e pela produção de narrativas que ambicionam disputar o consenso da sociedade. Nesse sentido, trata-se, sobretudo para os grupos vinculados a ultradireita, de uma disputa política pelos significados da própria história.

Portanto, ao propor debates imprescindíveis acerca de grupos, partidos e governos em todo mundo, a obra oferece inestimáveis contribuições para a historiografia na medida em que adiciona a dimensão histórica e temporal para a compreensão da história política e também convida historiadoras e historiadores a não somente apreender os significados e condições de produção de tais histórias, mas a reconsiderar o próprio ofício e propor novas possibilidades para o enfrentamento daqueles que afrontam a democracia, a ciência e a historiografia profissional.

Nessa reconsideração, é preciso perceber, entre o otimismo da vontade e o pessimismo da razão, que as narrativas produzidas pelos diferentes sujeitos estudados, mesmo que vagas, imprecisas, negacionistas e contrárias às evidências, dialogam e mobilizam emoções que impulsionam determinados comportamentos políticos. Não se trata, como na alternativa proposta por Laclau, de elaborar um populismo de esquerda ou mesmo desdobrar sua lógica política em uma espécie de populismo historiográfico, mas de ampliar a presença dos historiadores profissionais nos mais diferentes espaços públicos com produções específicas que atendam e dialoguem com os anseios e demandas da sociedade.

Por razões de espaço, não foi possível abordar todos os capítulos disponíveis na obra. Todavia, aqueles selecionados para o debate proporcionam uma vista panorâmica das contribuições e discussões propostas pelos autores. Apesar das ressalvas a utilização do conceito de populismo, os apontamentos em torno dos usos da história pelos diversos movimentos políticos são fundamentais para a historiografia contemporânea e certamente merecem ser traduzidos e publicados em língua portuguesa.

Referências

- ÁVILA, Arthur Lima de. O que significa indisciplinar a história. In: ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (Org.). *A história (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico*. Vitória: Milfontes, 2019.
- BEVERNAGE, Berber. *Caminhos para a teoria da história: filosofia das historicidades e a questão da justiça histórica*. Vitória: Milfontes, 2020.
- DA MATA, Sérgio. A teologia política do governo Bolsonaro. In: KLEM, Bruna; PEREIRA, Mateus; ARAÚJO, Valdeci (Org.). *Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro*. Vitória: Milfontes, 2020.
- FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013.
- LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três estrelas, 2013.
- MUDDE, Cas. *The far right today*. Cambridge: Polity, 2019.
- OLIVEIRA, Marcus Vinícius Furtado da Silva. Um jardim das aflições: história e política em Olavo de Carvalho. Santiago: *Revista Wirapuru*, n. 8, ano 4, segundo semestre, 2023. <https://wirapuru.cl/index.php/publicaciones/2023/2do-semester>. Acesso em: 22 nov. 2024.
- STEFANONI, Pablo. *A rebeldia tornou-se de direita?* Campinas: Editora Unicamp, 2022.
- URBINATI, Nadia. *Yo, el pueblo: como el populismo transforma la democracia*. Cidade do México: Grano de Sal, 2020.

Em busca de uma razão populista

Resenha recebida em 02/10/24 • Aceito em 18/11/24
Revista de Teoria da História | issn 2175-5892



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado